

Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 27/2017/COAPP/SAS
Documento nº 00000.078779/2017-25

Assunto: 4ª Reunião de Planejamento e Acompanhamento do Progestão no estado do Pará.

Nº do Processo Progestão: 02501.002740/2013-98

Evento: Oficina de acompanhamento Reunião Videoconferência

Local: SEMAS e ANA

Cidade: Belém/PA e Brasília/DF

Data: 06/10/2017

Participantes e Instituições:

Pela SEMAS/PA: Luciene Mota de Leão Chaves - Edson Bezerra Pojo - Márcia Helena D'Oliveira Nascimento - Saulo Prado de Carvalho - Wylfredo Pragana de Oliveira
Pela ANA: Brandina de Amorim - Elmar Andrade de Castro - Ludmila Alves Rodrigues

Relato

1. A 4ª oficina de acompanhamento e planejamento do Progestão do estado do Pará foi realizada por videoconferência com a presença dos participantes listados acima, tendo a Diretora de Recursos Hídricos, Luciene Chaves, participado do fechamento da reunião.
2. Na oportunidade, foi avaliada a situação do cumprimento das metas de cooperação federativa e de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual. As ações e dificuldades foram registradas em planilha eletrônica, anexada a esta Ajuda Memória, bem como os "slides" apresentados pela SEMAS e a programação da oficina.
3. Durante a videoconferência nos foram repassadas as dificuldades que hoje o estado se encontra para o alcance das metas, demonstrando uma grande fragilidade institucional que afeta o cumprimento do proposto para a certificação em 2017.
4. Uma dessas fragilidades se dá em função do acúmulo de responsabilidades de três das cinco metas pela gerência de Cadastro e Cobrança (GECAD). Esse acúmulo se deu em decorrência da recente saída do gerente de outorga após 5 anos de envolvimento com a Secretaria e com o Progestão. Além dessa mudança, a Coordenadoria de Regulação não tem coordenador formal em função da inexistência de função específica (DAS) que possibilite profissional de coordenação assumir o cargo em questão.
5. A Gerência de Cadastro e Cobrança responsável pelas metas 1.2, 1.3 e atualmente 1.5 tem 3 servidores (1 efetivo, 2 contratados) e 2 estagiários, o que dificulta o enfrentamento das demandas existentes.
6. Em relação especificamente à meta 1.1, até a data da reunião, verificou-se um baixo atendimento: cerca de 48% dos usuários regularizados pelo estado até 2016 foram inseridos no CNARH e o compartilhamento de somente 16% em relação aos regularizados em 2017.
7. O baixo atendimento da meta se dá em função das dificuldades ocorridas na migração do CNARH 1.0 para o CNARH 40, que deverá ser feito conforme orientação da COCAD/ANA, das dificuldades de localizar os processos físicos para a coleta de dados necessários, além da necessidade de atualização dos passivos, das inconsistências das informações por tratar-se de um sistema auto declaratório, bem como dos dados preenchidos

por determinados usuários no CNARH que divergem dos dados protocolados pelo próprio usuário na SEMAS.

8. A meta 1.2 também não tem tido o alcance esperado: até o momento somente 152 poços foram regularizados de um universo de 627 poços acordados com a COSUB/ANA, alcançando cerca de 24 % da meta proposta. Foi relatado uma grande dificuldade burocrática interna que é o desarquivamento de processos pela área competente de arquivos que, devido à intensa demanda não responde em tempo as solicitações da Secretaria. Embora já tenham sido realizadas articulações internas envolvendo o Secretário para a recuperação das informações necessárias para inserção no CNARH, pouco retorno tem ocorrido.

9. Em relação à meta 1.3, constatou-se não haver dificuldades no seu atendimento. A rotina institucional já existente providencia as informações solicitadas pela ANA no prazo estabelecido e conforme formato definido, segundo relatado.

10. A meta 1.4 no que diz respeito à Sala de Situação que se tornou parte do Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (CIMAM), que monitora clima, queimadas, desmatamento e vazão contou recentemente com a renovação do contrato de 2 meteorologistas que se juntaram ao gerente, a um técnico e um estagiário de meteorologia. Os boletins diários hidrológicos são elaborados e são disponibilizados no sítio da SEMAS. A plataforma interativa Hidromet, embora já instalada ainda não se encontra acessível ao público. Em função da estiagem que ocorre no rio Tocantins, integrantes da sala de situação participam das videoconferências de discussões ocorridas na bacia Araguaia – Tocantins.

11. Ainda sobre meta 1.4, no que diz respeito ao Índice de Transmissão e Disponibilização de Dados Telemétricos (ITD) calculado por meio do Sistema Gestor PCD da ANA, o índice tem, até o momento, demonstrado bom alcance. O ITD médio registrado é superior a 80% de janeiro a setembro, garantindo até o momento o alcance da meta. Há uma preocupação quanto às manutenções corretivas pois os estoques de peças de equipamentos estão baixos. Há dúvidas sobre a propriedade da estação Itaituba (17730000), que teve períodos em 2017 sem transmissão de dados. Essa é uma estação estratégica para o estado do PA, sendo necessário esclarecer junto à SGH quem é responsável pela manutenção corretiva da mesma.

12. A meta de cooperação federativa 1.5 referente à segurança de barragens depende da atuação conjunta da Diretoria de Licenciamento Ambiental da SEMAS que é responsável pelas barragens de resíduos industriais. A regulamentação da política no estado está em processo de análise pela área jurídica e pretende-se, em um único instrumento, regulamentar todos os artigos necessários da PNSB, nos moldes do que a ANA realizou. Essa regulamentação se faz necessária para o estado dar início à fiscalização desses empreendimentos. O estado alega dificuldades na classificação das barragens em função do terreno plano no estado, o que dificulta a utilização da metodologia disponibilizada pela ANA. Foi informado que Sandro e Rafael participarão do evento promovido pela Coordenação de Regulação de Serviços Públicos e da Segurança de Barragens (COSER), a ser realizado na terceira semana de outubro. Nesta oportunidade poderão ser sanadas dúvidas para o alcance dessa meta, que em 2016 não foi plenamente atingida.

13. Quanto às variáveis de gerenciamento em nível estadual, foram verificadas principalmente aquelas cujo cumprimento ainda não foi atingido. Dentre elas a variável referente à capacitação setorial (1.9), que se encontra incipiente. O estado já participou de turmas exclusivas para OGERHs oferecidas pelo projeto Água e Gestão, recentemente atenderam o público externo e o poder público municipal, mas ainda não há um planejamento nos moldes da metodologia DesenvolveRH para atender o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos.

14. Em relação ao Plano Estadual de Recursos Hídricos, o estado deu continuidade ao processo de licitação para a contratação de empresa para elaboração do plano. Edital foi lançado com previsão de abertura de propostas para o dia 06/11/2017.

15. Sobre o monitoramento da qualidade da água (3.4) embora alcançada a meta em 2016, foi relatado que, em relação ao contrato do Qualiágua, a primeira etapa foi atendida com sucesso. Porém, preveem grandes dificuldades para o alcance das próximas

etapas pois ocorreu a saída de praticamente toda a equipe e a reposição parcial de pessoal se deu por técnicos ainda não habilitados nesta temática, o que conseqüentemente pode afetar tanto o programa Quilúgua quanto o Progestão, na próxima autoavaliação.

16. Na perspectiva atual dos técnicos, o Fundo Estadual - que não é previsto na Política Estadual de Recursos Hídricos - dificilmente será criado. Observa-se que é repassado ao estado montante considerável da CFURH (R\$ 63,6 milhões em 2016), sendo parcela desse recurso direcionado para conta específica do Fundo Estadual do Meio Ambiente.

17. Em relação à demanda para a criação de um comitê de bacia, o CERH já se posicionou favorável. O Secretário solicitou a regulamentação para a criação de comitês de bacias hidrográficas estaduais, atualmente em andamento na Câmara Técnica do CERH.

Conclusões / Principais encaminhamentos ou providências a serem tomados

18. A reunião por videoconferência transcorreu sem atribulações e foi possível percorrer todos os itens de interesse.

19. Para o alcance da meta 1.1, referente à inserção de dados dos usuários de recursos hídricos regularizados no CNARH, foram identificadas dificuldades. Sobre o compartilhamento de dados de águas subterrâneas (meta 1.2), foi incentivado que o estado faça contatos com a COSUB/ANA buscando tentar repactuar esta meta.

20. Foi relatado que o atendimento da meta 1.3 sobre contribuições para difusão do conhecimento já está incorporado na rotina estadual, não havendo dificuldades em relação ao seu alcance.

21. A meta 1.4, relativa à prevenção de eventos hidrológicos críticos, vem demonstrando progressos até o momento. Foi sugerido que o estado verifique junto à SGH a propriedade da estação Itaituba (17730000).

22. Em relação à segurança de barragens (meta 1.5) foi sugerido que os técnicos que participarão do evento promovido pela COSER, nesta oportunidade, busquem sanar as dúvidas existentes para o alcance da meta.

23. Finalmente, considera-se fundamental que seja reforçado junto ao Secretário da SEMAS e ao Secretário Adjunto de Gestão de Recursos Hídricos as dificuldades constatadas para alcance das metas do Progestão, notadamente a redução da equipe responsável pelo cumprimento de metas do programa, com conseqüente reflexos na transferência dos recursos financeiros.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
ELMAR ANDRADE DE CASTRO
Gestor do Contrato nº 045/ANA/2014
Portaria ANA nº 046, de 22 de fevereiro de 2017

De acordo. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)
LUDMILA ALVES RODRIGUES
Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)
CARLOS MOTTA NUNES
Superintendente Adjunto de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META	VARIÁVEL	Ponto Focal/ANA	Ponto Focal/PA	Responsável no Órgão	INFORMAÇÕES LEVANTADAS	Ações propostas para garantir o cumprimento da meta			
							1ª Oficina (01/07/2015)	2ª Oficina (05/12/2016)	3ª Oficina (11 e 12/04/2017)	4ª Oficina (06/10/2017) - Videoconferência
1.1	Integração das bases cadastrais	Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	Raquel e Maurício/SFI	Márcia Nascimento	COR (Coordenação de Regulação)	<p>Compete ao usuário atualizar os dados de vazão outorgada junto ao CNARH 1.0, mediante condicionante de cada outorga.</p> <p>Avaliar o quantitativo de usuários regularizados, mas sem cadastro junto ao CNARH 1.0.</p> <p>O Estado não possui sistema próprio, mas adota o CNARH 1.0 desde 2010.</p>	Ampliar a equipe de apoio ao CNARH junto a SEMAS.	<p>Conversar com a Raquel imediatamente. Solicitação de prorrogação de prazo, considerando que até o momento estão com menos de 50% do quantitativo de 2016.</p>	<p>Até 2015 havia 2.317 usuários regularizados e foram emitidos 1.860 números definitivos de CNARH. Possuem 529 declarações CNARH com problemas. Em 2016, 966 usuários foram regularizados e havia 1.124 usuários com CNARH definitivo, sendo que 323 tinham problemas na declaração. Os técnicos apontaram que sendo autodeclaratório a inserção dos dados no CNARH, ocorrem muitas inconsistências das informações. Algumas dificuldades para geração do número CNARH foram apresentadas pelos técnicos da SEMAS: (i) declaração protocolada na SEMAS não existe mais no CNARH; (ii) os dados preenchidos por determinados usuários estão totalmente divergentes dos dados protocolados na SEMAS com vários itens pendentes, os quais são de responsabilidade do próprio usuário de recursos hídricos; (iv) processo para solicitação de outorga indeferido ou arquivado ou a própria outorga emitida ter sido cancelada. Os técnicos consideram que cumpriram quase a totalidade da meta em 2016.</p>	<p>Até a data da reunião, há um baixo atendimento, na ordem de 47,89% dos usuários inseridos no CNARH que foram regularizados pelo estado até 2016 e o atendimento de 16,40% em relação aos inseridos no CNARH regularizados em 2017. Esse resultado ocorre devido o acúmulo de três metas em uma única gerência cujos recursos humanos se resumem na gerência e três servidores (1 efetivo e 2 contratados) e 2 estagiários. O cargo da coordenação de Regulação encontra-se vago devido o estado não ter disponível em orçamento e na estrutura a função (DAS) para remuneração que o cargo exige. Há dificuldades também em função da migração do CNARH 1.0 para o CNARH 40, do preenchimento do cadastro pelos próprios usuários que por vezes não informam os dados solicitados ou dados são inconsistentes.</p>
1.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas	Informações disponibilizadas para o SAS/SNIRH	Fernando Oliveira/SIP	Márcia Nascimento	COR	<p>Há cadastro no SIAGAS através de ACT com a CPRM. Nível de informações sobre águas subterrâneas é muito precário. Problema técnico de arredondamento de coordenadas no SIAGAS (decimais dos segundos). O sistema não permite cadastrar poços muito próximos.</p>	<p>Responder questionário enviado pela ANA/Cosub para compartilhamento de informações junto ao SNIRH.</p>	<p>Dependem da migração para o CNARH40.</p> <p>A Márcia Pantoja virá para reunião em conjunto com a CPRM. ID SIAGAS definitivo.</p>	<p>Os técnicos apontaram algumas dificuldades em relação a essa meta: (i) as ações relacionadas a esta meta só se iniciaram após a migração no CNARH40 feito pela ANA; (ii) somente em 13/02/2017 foi informado o quantitativo da meta para a complementação de dados de 170 poços, no CNARH40; (iii) muitos processos de solicitação de outorga de uso de águas subterrâneas não possuem as informações técnicas dos poços; (iv) não interação entre o CNARH40 e o SIAGAS 2.3 off line (a ser substituído pelo SIAGAS MODDAD on line), impossibilita a utilização dos dados técnicos dos poços (campo ID SIAGAS) existentes na base da CPRM, repassados pelas SEMAS. Consideram que atenderam a totalidade da meta em 2016.</p>	<p>Até o momento somente 152 poços foram regularizados de um universo de 627 poços acordados com a COSUB/ANA, alcançando 24,24 % da meta proposta. Existe uma grande dificuldade interna burocrática que é o desarquivamento de processos pela área competente de arquivos que devido a intensa demanda que recebe não responde em tempo as solicitações da secretaria. Embora, já tenham sido realizadas articulações internas envolvendo o secretário para a recuperação das informações necessárias para inserção no CNARH, pouco retorno tem ocorrido. Foi sugerido a tentativa de repactuar essa meta.</p>
1.3	Contribuição para difusão do conhecimento	Dados disponibilizados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	Alexandre e Laura/SPR	Edson Pojo	CIP	<p>A SPR/ANA encaminha anualmente ofício ao Estado solicitando as informações para o Conjuntura. Devem ser observados o formato e o prazo estabelecidos no documento.</p> <p>O estado está estruturando a área de qualidade da água. O Qualiáqua está em processo de negociação, aguardando a assinatura do Governador.</p>	<p>Encaminhar ofício nos moldes (formato e prazo) estabelecidos pela SPR/ANA.</p>	<p>Informações foram enviadas.</p>	<p>Informações foram enviadas.</p>	<p>Não há dificuldades em atender essa meta. A rotina institucional já existente providencia as informações solicitadas pela ANA no prazo estabelecido e conforme formato definido pela ANA, segundo relatado.</p>

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META	VARIÁVEL	Ponto Focal/ANA	Ponto Focal/PA	Responsável no Órgão	INFORMAÇÕES LEVANTADAS	Ações propostas para garantir o cumprimento da meta			
							1ª Oficina (01/07/2015)	2ª Oficina (05/12/2016)	3ª Oficina (11 e 12/04/2017)	4ª Oficina (06/10/2017) - Videoconferência
I.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos	Manual Operativo da Sala de Situação elaborado e manutenção corretiva da rede telemétrica realizada	Alessandra e Vinicius/SOE e Fabricio/SGH	Saulo Carvalho e Antonio Sousa (Manual) / Antonio Sousa	COMUC (Coordenação de Hidrometeorologia e Mudanças Climáticas)	<p>O Manual da Sala de Operação está estruturado. O sistema de monitoramento atende muito satisfatoriamente o acompanhamento das situações de cheias e de secas. Está prevista a contratação de um hidrólogo, no próximo concurso público. Há parceria/convenio com a Defesa Civil. Há disponibilidade de pessoal técnico especializado para manutenção das PCDs, oriundo de outros setores. Há necessidade de dois equipamentos de monitoramento de vazão, M9, para a plena realização das atividades pertinentes, conforme previsão contemplada no ACT correspondente. Necessidade de equipe dedicada ao processamento, atualização e envio de dados da Sala de Situação, bem como para a realização das campanhas junto às PCDs.</p>	<p>Manual em fase de ajustes finais de compatibilização com o modelo fornecido pela ANA. Quanto às PCDs, está aguardando os IDs a serem fornecidos pela NOAA. Necessidade de equipe dedicada ao processamento, atualização e envio de dados da Sala de Situação, bem como para a realização das campanhas junto às PCDs.</p>	<p>Manual foi enviado. Está sendo elaborado um espaço na página para abrigar os boletins hidrológicos e meteorológicos. Os boletins de queimadas já estão sendo disponibilizados. Boletins estão sendo encaminhados diariamente a Defesa Civil. Está sendo desenvolvido um sistema próprio de informações hidrometeorológicas. Com relação ao gestor PCD será enviado um relatório sobre as estações que estão transmitindo o dado, mas não está sendo atualizado no Gestor PCD.</p>	<p>A Sala de Situação tornou-se parte do Centro Integrado de Monitoramento Ambiental - CIMAM, atuando também no monitoramento de queimadas e de desmatamento no estado. Nesse contexto, os equipamentos da Sala de Situação, inclusive os de vídeo conferência foram todos transferidos para o CIMAM, que fica localizado em área distinta do prédio da SEMAS. Os boletins contiuam diários e estão na página da SEMAS (https://www.semam.pa.gov.br/2017/03/21/boletim-hidrologico/). Pará tem 11 estações de alerta a partir de um mapa de risco montado com o Marcelo Medeiros, no entanto o estado tem a ideia de realocar a estação Bubura para mais próxima de Itaituba. O Pará tem uma boa relação com o CPRM e tem dois meteorologias concursados na casa: Antônio José da Silva Sousa (Diretor de Meteorologia e Hidrologia) e Saulo. A Bacia hidrográfica de Itacaiúnas é área que ocorre seca e fica no SE do Estado (Região de Carajás). Em relação a transmissão dos dados hidrometeorológicos, por vezes o NOAA transmite os dados, porém não é registrado através do Gestor PCD. Para 2017 o foco é a manutenção preventiva e os boletins diários.</p>	<p>A Sala de Situação, hoje parte do CIMAM contou recentemente com a renovação do contrato de 2 meteorologistas que se juntaram ao gerente, a um técnico e um estagiário de meteorologia. Os boletins diários hidrológicos são elaborados e são disponibilizados no site da SEMAS. A plataforma interativa Hidromet, embora já montada ainda não se encontra acessível ao público. Em função da estiagem que ocorre no rio Tocantins, integrantes da sala de situação participam das videoconferências de discussões ocorridas sobre a bacia Araguaia – Tocantins. N que diz respeito ao Índice de Transmissão e Disponibilização de Dados Telemétricos (ITD) calculado por meio do Sistema Gestor PCD, tem até o momento, demonstrado bom alcance. O ITD médio apresentou-se maior que 80% de janeiro a setembro, garantindo até o momento o alcance da meta. Há uma preocupação quanto a intervenção corretiva pois os estoques de peças de equipamentos estão baixos. Há dúvidas sobre a propriedade da estação Itaituba (17730000), que teve períodos em 2017 sem transmissão de dados, que rebate na responsabilidade das intervenções corretivas. Essa é uma estação estratégica para o estado do PA, sendo necessário esclarecer junto a SGH de quem é a propriedade e consequentemente a manutenção corretiva.</p>
I.5	Atuação para segurança de barragens	Cadastro de barragens estruturada e classificação das barragens realizada	Fernanda Laus/SRE	Márcia Nascimento	COR	<p>Essas informações se encontram na Diretoria de Licenciamento - DILAP e na Diretoria de Recursos Hídricos - DIREH. Verificar junto à SRE/ANA a metodologia para providenciar a classificação de barragens quanto ao risco e ao dano potencial, bem como ampliar o quadro de pessoal capacitado para as atividades relativas à PNSB.</p>	<p>Levantar quais barragens se enquadram no escopo da PNSB, mediante dados de outorga e licenciamento.</p>	<p>Problemas com a geração da mancha para determinar o DPA (Topografia plana com dificuldade de utilização dos dados SRTM). Data para o regulamento é curto. Foi enviado novo ofício com prazo até 30/04/2017. Solicitação à ANA para estender o prazo para a elaboração do regulamento do artigo 9º e para a classificação.</p>	<p>O Cadastro foi complementado, atualizado, refinado e enviado a ANA com informações de 24 barragens, sendo que 7 barragens foram classificadas quanto ao DPA e nenhuma foi classificada quanto ao CRI. A DIREH elaborou a minuta de regulamentação do art. 9 da Lei 12.334/2010 e, após reuniões com a Diretoria de Licenciamento Ambiental, encaminhou para o Núcleo de Estudos Legislativos para análise. As informações para o RSB foram enviadas satisfatoriamente. Algumas dificuldades foram apresentadas: (i) falta de informações sobre as barragens nos processos de licenciamento e de solicitação de outorga para o cadastramento; (ii) metodologia para a geração da mancha DPA limitada para regiões com pouca diferença topográfica, como é o caso do Pará; (iii) a classificação quanto ao CRI não foi realizada, pois depende da regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens; (iv) para a regulamentação do art. 9 da Lei 12.334/2010 houve a realização de reuniões entre as duas diretorias (DIREH/DLA) que gerenciam as informações de barragens.</p>	<p>A meta federativa 1.5 segurança de barragem depende da atuação conjunta da Diretoria de Licenciamento Ambiental da SEMAS que é responsável pelas barragens de resíduos industriais. A regulamentação está em processo de análise pela Procuradoria Estadual (?) e pretendem em um único instrumento regulamentar todos os artigos necessários, nos moldes do que a ANA realizou. Essa regulamentação se faz necessária para o estado dar início a fiscalização desses empreendimentos. O estado alega dificuldades na classificação das barragens em função do terreno plano o que dificulta a utilização da metodologia disponibilizada pela ANA. Foi abordado sobre o evento promovido pela Coordenação de Segurança de Barragem a ser realizado na terceira semana de outubro. Participarão Sandro e Rafael que precisam nesta oportunidade tirar dúvidas para o alcance dessa meta, que em 2016 não atingiu o 100% desejado.</p>

METAS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS EM ÂMBITO ESTADUAL

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	META	Auto Avaliação				DESA-FIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	AÇÕES PROPOSTAS			
					2015	2016	2017	2018			1ª Oficina (01/07/2015)	2ª Oficina (05/12/2016)	3ª Oficina (11 e 12/04/2017)	4ª Oficina (06/10/2017) - Videoconferência
META II.1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social - São 5 variáveis de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (1.1, 1.2, 1.4 e 1.5)	5	1.1	Organização Institucional do modelo de gestão	3	3	3	3		NÃO					
		1.2	Organismo(s) Coordenador/Gestor	3	3	3	3		NÃO	A Semas é o órgão coordenador e gestor de recursos hídricos no estado.		Aumento de demanda de trabalho em função da implementação da taxa de fiscalização dos recursos hídricos	Necessidade de reforço da equipe.	Perda de pessoal principalmente da equipe de cadastro e outorga.
		1.3	Gestão de Processos	2	2	2	2		NÃO	Existem procedimentos bem definidos para a outorga, mas que precisam de automatização.	Aperfeiçoar e formalizar os procedimentos existentes.	A formalização está sendo realizada. Processo de contratação de serviços de automatização dos processos.	Fase de licitação para contratação de empresa para automatizar os processos de outorga e de suporte à decisão.	
		1.4	Arcabouço legal	3	3	3	3		NÃO			Existem propostas de atualização de regulamentos, mas em função da reestruturação do Conselho Estadual ainda não foram concretizadas.	Recomposição das Câmaras Técnicas já foi aprovada pelo CERH, faltando a publicação.	
		1.5	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	4	4	4	4		NÃO	O Decreto que regulamenta o Conselho está sendo revisado, com proposta de alteração do mandato dos conselheiros para quatro anos.		O Decreto foi regulamentado e o CERH começou a se reunir em outubro/2016. Processo de regulamentação foi demorado atrapalhando as atividades do CERH. Teve renovação dos membros.	Cerh já está funcionando com as reuniões ordinárias (2 vezes em 2017). Foi realizada capacitação dos membros.	
		1.8	Comunicação social e difusão	2	2	2	2		NÃO	O site disponibiliza as informações pertinentes. Também há ações de divulgação e capacitação em todo o Estado, com a elaboração de cartilhas informativas.			Criação de um canal do Youtube (Giro SEMAS) e facebook.	
		1.9	Capacitação setorial	3	2	2	2		SIM	Existe o programa de capacitação mas ainda não está formalizado.	Formalizar o programa perante o Conselho.	Participação do Desenvolve RH. Pretende se elaborar um programa utilizando a metodologia de capacitação por competências e formalizar em âmbito do CERH.	Participação do Desenvolve RH. Pretende-se elaborar um programa utilizando a metodologia de capacitação por competências e formalizar em âmbito do CERH.	Ainda não houve iniciativas formais para a elaboração de um Plano de capacitação nos moldes do DesenvolveRH que tenha como foco o Sistema Estadual de Recursos Hídricos.
1.10	Articulação com setores usuários e transversais	2	2	2	2		NÃO			Atuação junto à COSANPA e associações e consórcios municipais (saneamento).	Articulação com o setor do saneamento e sociedade civil para ações de enquadramento.			
META II.2 - Variáveis de Planejamento - São 2 variáveis de atendimento obrigatório	5	2.1	Balanço hídrico	2	1	2	2		NÃO	Estão sendo levantados os usuários dentro de cada bacia hidrográfica.	Definir metodologia de estimativa de disponibilidade hídrica, levantar as demandas e executar o modelo chuva-vazão.	Balanço hídrico da bacia do rio Itacaiúnas em 2015 e atualizado em 2016. Ampliar para outras bacias.	Estudo será ampliado para outras bacias hidrográficas do estado (bacias de rios afluentes ao rio Tocantins).	
		2.2	Divisão hidrográfica	3	3	3	3		NÃO	A Resolução 4/2008, emitida pelo Conselho, define a divisão hidrográfica.				
		2.3	Planejamento estratégico institucional	2	1	1	1		SIM	Ainda não existe esse planejamento.	A nova estrutura organizacional da SEMAS demonstra a intenção da instituição em elaborar o planejamento estratégico.	Existência de ação no PPA (2016-2019)	SEMAS iniciou a elaboração de um planejamento estratégico.	

METAS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HIDRICOS EM ÂMBITO ESTADUAL

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	META	Auto Avaliação				DESA-FIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	AÇÕES PROPOSTAS			
					2015	2016	2017	2018			1ª Oficina (01/07/2015)	2ª Oficina (05/12/2016)	3ª Oficina (11 e 12/04/2017)	4ª Oficina (06/10/2017) - Videoconferência
<i>em todos os períodos de certificação (2.1 e 2.2)</i>		2.4	Plano Estadual de Recursos Hídricos	3	2	2	2		SIM	Foi acertada com a SRHU a elaboração do Plano Estadual, via programa Interágua. O TR já foi elaborado e ajustado em consonância pelo preconizado junto ao Banco Mundial.	Aguardar a não objeção pelo Banco Mundial para andamento do procedimento de escolha da empresa que elaborará o Plano Estadual.	Foi dada a não objeção, mas o recurso do Interágua foi retido pela SRHU. O plano será elaborado em âmbito da própria SEMAS. Viabilizar uma reunião da ANA com o secretário titular e adjunto.	Proposta na SRHU foi retomada, mas já foi encaminhado internamente o processo de contratação para elaboração do Plano. Reunião está programada com a SRHU e ANA em Brasília (maio/2017).	As negociações entre SEMAS e MMA/SRHU não tiveram continuidade e neste caso o estado deu continuidade ao processo licitatório de lançamento de edital para contratação de empresa para realização do PERH. Em 06/11/2017 será a abertura das propostas.
		2.8	Modelos e Sistema de Suporte à Decisão	2	1	2	2		NÃO	Existe um modelo ainda não automatizado.	Implantar o modelo chuva-vazão.	Existem modelos de suporte à decisão mas não totalmente automatizado.	Será incluído no sistema processual da outorga.	
META II.3 - Variáveis de Informação e Suporte - São 2 variáveis de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (3.1 e 3.2)	20	3.1	Base cartográfica	3	3	3	3		NÃO	Utiliza a base do IBGE 2013, na escala 1:250.000. Para detalhamento, utiliza a base do DSG, na escala 1:100.000.		Utilizam a base do IBGE 2015 (1:250.000) e ANA 2013 (1:1.000.000). Previsão de melhorar a escala da base cartográfica (1:25.000)	Prevê-se melhoria na base cartográfica do estado.	
		3.2	Cadastrros de usuários e infraestrutura	2	2	2	3		NÃO			Avaliar se atingiram o nível 3.	Conforme a descrição da meta, atingiu nível 3.	
		3.3	Monitoramento hidrometeorológico	3	3	3	4		NÃO	A rede do Estado é mista.		Ampliação da rede meteorológica com recursos próprios. Pretendem ampliar a rede de eventos críticos para rios estaduais.	Modernizando a rede meteorológica do estado. Planejamento a nível do PPA estadual.	
		3.4	Monitoramento da qualidade de água	2	1	2	2		NÃO	O estado está estruturando a área de qualidade da água. O Qualiágua está em processo de negociação, aguardando a assinatura do Governador.	Implantar o Qualiágua.	Contrato Qualiágua Assinado. Já foi realizado uma campanha (4 pontos).	Já foi realizada uma campanha em 2017. Solicitado à ANA treinamento para instalação de lances de réguas visando as próximas fases do Qualiágua.	A primeira etapa do Qualiágua foi um sucesso, porém temem a relação das demais etapas em função da desestruturação total da equipe técnica com reposições parciais de recursos humanos ainda não capacitados no
		3.5	Sistema de informações	2	3	3	3		NÃO	O Estado possui um sistema de informação com acesso via web, desde outubro de 2014.		Pretendese contratar serviço para desenvolver ferramentas de suporte à decisão.	Sistema em processo de licitação.	
		3.6	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	2	2	2	2		NÃO	Existe um acordo de cooperação técnica entre a ANA, a SEMAS e o Instituto Tecnológico Vale voltados ao monitoramento.			Articulação com as instituições de ensino e pesquisa para aderirem ao Profágua.	
META II.4 - Variáveis Operacionais - Uma variável de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (4.1)	20	4.1	Outorga de direito de uso	3	3	3	3		NÃO	Não se conhece o universo de usuários não regularizados.	Levantar, pelo cadastro de licenciamento ambiental e pelo CNARH, quais não se encontram outorgados, mediante cruzamento de informações.	Dificuldades em conhecer os licenciamentos municipais.	O processo de outorga será automatizado.	
		4.2	Fiscalização	5	5	4	4		SIM	A despeito da mudança institucional ocorrida, a fiscalização continuará a ser realizada.	Articular com a Diretoria de Fiscalização para a manutenção do trabalho de rotina.	Com a reestruturação da SEMAS foi retirada a gerência de fiscalização, sendo esta realizada por outra diretoria que atende toda a SEMAS.	Equipe de fiscalização geral da SEMAS muito pequena. Necessidade de ampliar a equipe voltada à fiscalização dos recursos hídricos.	Não foi abordado sobre a fiscalização de um modo geral. Foi comentado que para a fiscalização das barragens estão aguardando a regulamentação estadual dos artigos previstos na lei de segurança de barragem
		4.6	Gestão e controle de eventos críticos	2	2	3	3		NÃO	A sala de situação está estrutura e mantém uma rotina bem satisfatória, seguindo o manual existente. Quanto às ações de controle e mitigação, existe uma parceria com a Defesa Civil que contempla esses interesses.	Realocar a sala de situação em um ambiente ainda mais estruturado para atender tanto às funções de rotina do setor quanto ao monitoramento de incêndios florestais.	Formalização de acordo de operação com a Defesa Civil e definição oficial de protocolo de atuação.	Existe articulação com a Defesa Civil, mas ainda não existe um protocolo oficial. Pretende se estabelece esse protocolo, bem como com os defesas civis dos municípios.	

METAS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS EM ÂMBITO ESTADUAL

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	META	Auto Avaliação				DESA-FIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	AÇÕES PROPOSTAS			
					2015	2016	2017	2018			1ª Oficina (01/07/2015)	2ª Oficina (05/12/2016)	3ª Oficina (11 e 12/04/2017)	4ª Oficina (06/10/2017) - Videoconferência
		4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	3	1	1	1		SIM	Existe apenas um Fundo Estadual para o Meio Ambiente.	Sugerir a criação de um Fundo Estadual de Recursos Hídricos.	Articular no âmbito do CERH a necessidade de criação do FERH.	Articular no âmbito do CERH a necessidade de criação do FERH.	Na perspectiva atual dos técnicos dificilmente será criado o FERH. O estado recebe altos valores da CFURH que vão para uma conta específica do Fundo Estadual de Meio Ambiente